



# ADOLESCÊNCIA, VIOLÊNCIA E PROJETO DE VIDA: um estudo das representações sociais com adolescentes

DOI: 10.22289/2446-922X.V6N2A1

Ionara Dantas **Estevam**<sup>1</sup>  
Nilton S. **Formiga**  
Maria da Penha de Lima **Coutinho**

## RESUMO

A violência urbana praticada por adolescentes tem atingido índices elevados nos últimos dez anos; condição que exige uma análise profunda de suas múltiplas causas, deflagrando um problema psíquico, relacional, político, social, econômico, que precisa ser verificado empiricamente, para que possa formular proposições científicas de prevenção e/ou intervenção. O objetivo geral do presente estudo trata-se da identificação das representações sociais acerca da adolescência, violência e projeto de vida (futuro) dos adolescentes institucionalizados, em conflito com a lei e aqueles não institucionalizados, sem conflito com a lei. Tratou-se de um estudo de campo, inserido, em uma abordagem multimétodo, que utilizou uma metodologia qualitativa e quantitativa. O locus de investigação situou-se numa instituição ressocializadora de privação de liberdade (104 adolescentes), e escolas da rede pública (104 adolescentes) de bairros da periferia da cidade de João Pessoa-PB, totalizando 208 participantes. Foi utilizado como instrumento a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), cujos dados foram tratados pelo software Tri-Deux-Mots (versão 2.2). Os resultados objetivaram representações sociais da adolescência (estímulo 1) em diversão, jogos e namoros similares para os dois grupos de adolescentes; a violência (estímulo 2), os adolescentes representaram, diferentemente, com os adolescentes não delinquentes, ancorando em representações sociais, econômicas e políticas, e os adolescentes delinquentes representando com expressões objetivas da violência, como matar, roubar, bater; o futuro (estímulo 3) objetivaram representações de mudanças de vida para ambos os adolescentes.

**Palavras-chave:** Adolescência; Adolescência em Conflito com a Lei; Violência; Futuro.

<sup>1</sup> Endereço eletrônico de contato: ionaradantas@gmail.com

Recebido em 05/03/2020. Aprovado pelo conselho editorial para publicação em 30/03/2020.



## ADOLESCENCE, VIOLENCE AND LIFE PROJECT: a study of social representations with adolescents.

### ABSTRACT

The urban violence practiced by adolescents has reached high levels in the last ten years; this picture demands a profound analysis of its multiple causes, triggering a psychic, relational, political, social and economic issue which needs to be empirically checked so as to formulate scientific propositions of prevention and/or intervention. This study's general objective deals with the social representation identification on adolescence, violence and (future) life project of institutionalized youth in conflict with criminal law and those who are not institutionalized, with no criminal law conflict. It was about a field study inserted in a multimethod approach that used a qualitative and quantitative methodology. The investigation took place in a resocializing institution of deprivation of liberty (104 adolescents) and public schools (104 adolescents) in the outskirts of the capital city of João Pessoa, in the state of Paraíba, Brazil, with a total of 208 participants. We used the Free Word Association Technique (TALP) whose data were processed through the software Tri-Deux-Mots (version 2.2). The results aimed at the adolescence social representations (trigger 1) in entertainment, games and dates that were similar for the two groups of adolescents; violence (trigger 2) was differently represented according to the group: the adolescents supported the social, economic and political representations and the offender adolescents presented objective expressions of violence, such as murdering, stealing and beating; the future (trigger 3) aimed at representations of life-changing situations for both groups of adolescents.

**Keywords:** Adolescence; Youth With Criminal Law Conflict; Violence; Future.

2

## ADOLESCENCIA, VIOLENCIA Y PROYECTO DE VIDA: Un estudio de las representaciones sociales con adolescentes.

### RESUMEN

La violencia urbana practicada por adolescentes ha atingido altos índices en los últimos diez años; condición ésta que exige un análisis profundo de sus múltiples causas, develando un problema psíquico, relacional, político, social, económico, que necesita ser verificado empíricamente para que se puedan formular proposiciones científicas de prevención y/o intervención. El objetivo general del presente estudio es identificar representaciones sociales acerca de la adolescencia, violencia y proyecto de vida (futuro) de adolescentes institucionalizados, en conflicto con la ley, y aquellos no institucionalizados, sin conflictos con la ley. Se trató de un estudio de campo, inserto en un abordaje multimétodo que utilizó metodología cualitativa y cuantitativa. La investigación se situó en una institución resocializadora de privación de libertad (104 adolescentes) y en escuelas de la red pública (104 adolescentes) de barrios periféricos de la ciudad de Joao Pessoa/PB, totalizando 208 participantes. Se utilizó como instrumento la Técnica de Asociación Libre de Palabras (TALP), cuyos datos fueron tratados por el software Tri-Deux-Mots (versión 2.2). Los resultados objetivaron representaciones sociales de la adolescencia (estímulo 1) en diversión, juegos y noviazgos, similares para ambos grupos de adolescentes; ya la violencia (estímulo 2), los adolescentes representaron de manera diferente. Los que no estaban en conflicto con la ley la anclaron en representaciones sociales, económicas y políticas, mientras los que sí estaban en conflicto con la ley la representaron con expresiones objetivas de violencia, tales como matar, robar, golpear; en futuro (estímulo 3) se objetivaron representaciones de cambios de vida para ambos grupos.



**Palabras clave:** Adolescencia; Adolescencia en Conflicto con la Ley; Violencia; Futuro.

## 1 INTRODUÇÃO

Todas as etapas da vida do ser humano são importantes, tendo em cada uma delas seus desafios, peculiaridades, perdas e ganhos. Dentre todas as etapas, a adolescência tem merecido a atenção de estudiosos, teóricos, pesquisadores e demais profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, pelo seu contingente populacional em crescente expansão, pelas suas expressões peculiares de conduta e pelas tentativas de conceituar, compreender e intervir nessa etapa do desenvolvimento humano.

Ao considerar a adolescência como um fenômeno cultural, marcado por um período psicossociológico bastante específico, destituído de foco exclusivo nos aspectos biológicos, seus elementos simbólicos e sua dinâmica interna adquirem grande importância por encontrarem expressão na realidade social e, muitas vezes, vão ao encontro da violência (Campos & Guimarães, 2007).

Ao tratarmos da adolescência delinquente, emerge o 'adolescente em conflito com a lei', este revela contradições, desafios, explicações da sociedade brasileira. Com armas em punho, confrontando-se com policiais, traficando drogas, são alguns dos exemplos mais preocupantes e reais dos adolescentes no cotidiano das cidades brasileiras.

Na concepção de Sales (2004), os adolescentes em conflito com a lei, na sociedade brasileira, tendem a ser percebidos como "figuras centrais ao imaginário da violência" preponderando a ideia de que o aumento e agravamento da criminalidade é fruto do recrudescimento das atividades desses adolescentes.

É nesse contexto da contemporaneidade – violência, desigualdade social – que se pretende discutir o adolescente considerado ou não autor de ato infracional. Nesse sentido, a questão dos adolescentes institucionalizados em conflito com a lei, submetidos à prática socioeducativa de privação de liberdade, emerge como problemática que perpassa todos os segmentos sociais e grupos comunitários, irradiando a degradação desses jovens que, na sua maioria, antes de conhecerem a criminalidade, sobreviviam numa situação de extrema carência afetiva, educacional e material, sendo precariamente socializados (Coutinho, Estevam & Araújo, 2009).

Pettit (2004) aponta que variáveis como pobreza, falta de educação dos pais, frustração e consequente agressão relacionada às necessidades básicas, modelos de violência familiar, entre outras, são importantes de serem avaliadas no âmbito da associação entre violência – infância e adolescência, já que essa grupo (crianças e adolescentes), é vulnerável a diferentes tipos de vitimização, devido a fatores como a imaturidade cognitiva, física e emocional.

Arpini (2009) afirma que esses adolescentes 'vulneráveis' possuem referenciais, modelos e relações sociais que estão longe de corresponder ao modelo esperado para essa etapa da vida.

*Rev. Psicol Saúde e Debate. Set., 2020:6(2): 1-17.*



Já Oliveira (2001), ao referir-se ao adolescente-delinquente, diz ser aquele deslocado, que busca, de forma exacerbada, uma possibilidade de reconhecimento. Premissa esta, também, defendida por Diógenes (1998) e Coutinho, Estevam e Araújo (2011), ao afirmarem que o adolescente se utiliza do ato infracional numa tentativa de se fazer percebido, de superar sua condição de exclusão social.

Neste segmento, a ruptura com os valores tradicionais transgeracionais, a desagregação familiar e os fatores de risco aumentam a probabilidade de um maior envolvimento do adolescente com o ato infracional.

Com o advento do ECA, no Brasil, adolescentes não cometem crimes, mas atos infracionais. Não respondem a processos, mas a autos de investigação social; não cumprem sentenças, mas medidas socioeducativas, que podem incluir não a prisão, mas o internamento em instituições ressocializadoras.

Assim, faz-se necessário pesquisar com maior profundidade essa conjuntura e a identificação dos modos de pensar e de agir dos adolescentes em conflito com a lei em privação de liberdade e sem conflito com a lei em relação à construção e à subjetividade, uma vez que a prática do ato infracional é reveladora tanto do singular do adolescente quanto do coletivo da sociedade.

Para tanto, este estudo utilizou-se do referencial teórico das Representações Sociais proposto por Moscovici (2003), partindo da premissa de que os adolescentes atores sociais desse estudo têm um conhecimento prático, socialmente construído em seu próprio meio, sobre adolescência, violência, futuro. Esse autor preconiza as representações sociais como sendo uma construção social de conhecimento, por originar-se nas conversações interindividuais ou intragrúpicos.

Guareschi e Jovchelovitch (2002), afirmam que as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial está necessariamente radicada no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve sua identidade, propondo um lugar para o mundo social e seus imperativos, sem perder de vista a capacidade criativa transformadora de sujeitos sociais, que nesta pesquisa, refere-se aos adolescentes.

A Teoria das Representações Sociais (RS) nos possibilita o estudo elaborado e compartilhado do senso comum, uma vez que está sempre pautada pela inter-relação entre os atores sociais e o contexto que os rodeia. Para Wagner (1998, p.11), a representação social “é sempre uma unidade do que as pessoas pensam e do modo como o fazem”. Desta forma, uma representação é mais do que uma imagem estática de um objeto. É procurar apreender, conhecer como um grupo constrói um conjunto de saberes.

Nesse direcionamento, constata-se que as múltiplas faces da violência se encontram condensadas na figura do adolescente delinquente, objetivado, naturalizado, construído por



numerosas representações sociais e experiências históricas. A esse adolescente naturalizado pelo desinvestimento social corresponde a ideia mais difundida de violência.

Estudos recentes (Campos, Torres & Guimarães, 2004; Campos & Guimarães, 2003; Oliveira & Campos, 2003; Abramovay & Rua, 2002), tendo como foco central a representação social da violência na escola, fornecem-nos importantes elementos para a compreensão do envolvimento e percepção dos adolescentes acerca da violência. No quadro de investigações realizadas neste contexto, a violência surge como fenômeno inscrito nas experiências de vida e presentes no cotidiano da escola.

Neste estudo, a prática do ato infracional cometida pelo adolescente foi concebida como construção social, que transcende as questões puramente biológicas ou emocionais. Tomamos como ponto de partida a percepção dos adolescentes sobre as expressões adolescência, violência e futuro em suas situações cotidianas, observando o que afirma Minayo (1994, p.174) de que “as representações sociais não são necessariamente conscientes. Perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz e se manifesta a partir das estruturas e das relações coletivas e dos grupos”.

Moscovici (2003) menciona que o estudo das representações nos permite ver a forma como o indivíduo percebe sua realidade e sua interação com os demais, uma vez que as representações são formadas através de influências recíprocas, através de negociações implícitas no curso das conversações, nas quais as pessoas adquirem um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicadas à vida cotidiana.

Assim é possível entender que, quando os adolescentes de nosso estudo falam das suas condições de confinamento, de suas famílias, de seus afetos com os agentes sociais, de suas experiências institucionalizadas e não institucionalizadas, eles estão, na verdade, falando de representações que atravessam sua formação identitária. Com isso, o presente estudo tem como objetivo central identificar as representações sociais acerca da adolescência, violência e projeto de vida (futuro) dos adolescentes institucionalizados, em conflito com a lei e aqueles não institucionalizados, sem conflito com a lei.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma Pesquisa multimétodo, que utiliza uma metodologia qualitativa e quantitativa. Realizada em uma (01) Instituição Ressocializadora, que interna adolescente do sexo masculino que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade e três (03) Escolas Municipais na cidade de João Pessoa - PB.



## Amostra

Fizeram parte da amostra 208 adolescentes do sexo masculino, sendo 104 adolescentes institucionalizados em conflito com a lei e 104 adolescentes não institucionalizados e sem conflito com a lei; estes sujeitos deveriam atender aos seguintes critérios de inclusão do estudo: Instituição Ressocializadora (Ter mais de seis (06) meses de internação; Idade de 12 a 18 anos de idade; Estar frequentando a Escola da Instituição) as Escolas Públicas Municipais (Estar matriculado e frequentar a escola; Ser do sexo masculino; Ter idade de 12 a 18 anos de idade; Estar cursando do 1º ao 7º ano do ensino fundamental)

É importante ressaltar que não foram inseridos na amostra da pesquisa adolescentes do sexo feminino, uma vez que, no período de coleta dos dados, na Instituição Ressocializadora que abriga adolescentes do sexo feminino havia apenas quatro (04) cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade, condição que tornava inviável uma análise estatística.

Como instrumento foi utilizado a Técnica de Associação Livre de Palavras, esta consiste numa técnica desenvolvida por Jung em 1905 (Rapaport, Shofer, & Gill, 1965), adaptada ao campo das representações sociais (Di Giacomo, 1984; Coutinho, 2001), objetiva identificar as dimensões latentes das representações. É um tipo de investigação aberta estruturada na evocação de respostas dadas a partir de um ou mais estímulos indutores; esse termo indutor deverá ser previamente definido em função do objeto a ser investigado, permitindo, assim, que as evocações ocorridas evidenciem um conjunto distinto de unidades semânticas representativas de uma dada população (Nóbrega & Coutinho, 2003).

No presente estudo, a citada técnica foi aplicada em todos os participantes e conteve três estímulos indutores: “adolescência”, “violência”, “futuro”. A escolha de tais estímulos foi orientada pelo pressuposto de que os adolescentes vivenciam suas experiências pessoais, afetivas, sociais e pensam sobre o futuro, tendo ou não cometido ato infracional.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos por meio do Teste de Associação Livre de Palavras, de acordo com as variáveis fixas ato infracional, idade, escolaridade, as quais, foram processadas no *software Tri-deux-Mots* (Cibois, 1998). Este método consiste em representar graficamente a atração entre as variáveis fixas (variáveis sociodemográficas) e as variáveis de opiniões, que correspondem às respostas dos sujeitos, permitindo visualizar as relações de aproximação e distanciamento entre os elementos do campo representacional de um dado objeto. O conjunto de programas computacionais do Tri-deux-Mots revela-se bastante apropriado para o tratamento de questões abertas, questões fechadas e associação livre de palavras (Oliveira & Amâncio, 2005).





A partir do dicionário construído com as palavras evocadas pelos participantes, foi organizado um banco de dados para ser processado pelo Tri-deux-Mots, na direção de uma Análise Fatorial de correspondência – AFC. O banco de dados construído contém as variáveis fixas e as variáveis de opiniões, codificadas em números, conforme a tabela 1.

Tabela 1: *Codificação das Variáveis fixas e de opiniões que subsidiaram a elaboração do banco de dados para o software Tri-Deux-Mots*

Variáveis de Opiniões – Estímulos Indutores		
1 = Adolescência	2 = Violência	3 = Futuro

Variáveis Fixas		
Ato Infracional	Faixa Etária	Escolaridade
1 = Assalto	1 = 13 – 15 anos	1 = 1º - 5º ano
2 = Homicídio	2 = 16 – 18 anos	2 = 6º - 9º ano
3 = Tráfico de drogas	-	-
4 = Sem ato infracional	-	-

A análise fatorial de correspondência (AFC), evidenciam as correlações estabelecidas entre as variáveis de opinião e as variáveis fixas, gerando um gráfico contendo dois fatores (F1 e F2), mostrando estruturas constituídas de elementos do campo representacional (respostas dos participantes da pesquisa), também denominados, em estatísticas, de “nuvens”.

A interpretação da AFC permite ao pesquisador apreender os aspectos processuais e dimensionais relacionados ao estudo das representações sociais, motivo pelo qual é identificada a sua pertinência neste estudo que objetiva identificar as representações sociais dos adolescentes institucionalizados em conflito com a lei e não institucionalizados e sem conflito com a lei acerca da adolescência, violência, projeto de vida. O plano fatorial que emergiu do processamento do software *Tri-Deux-Mots*, que permitiu a representação gráfica da atração entre as variáveis fixas e as de opinião (ver figura 1).

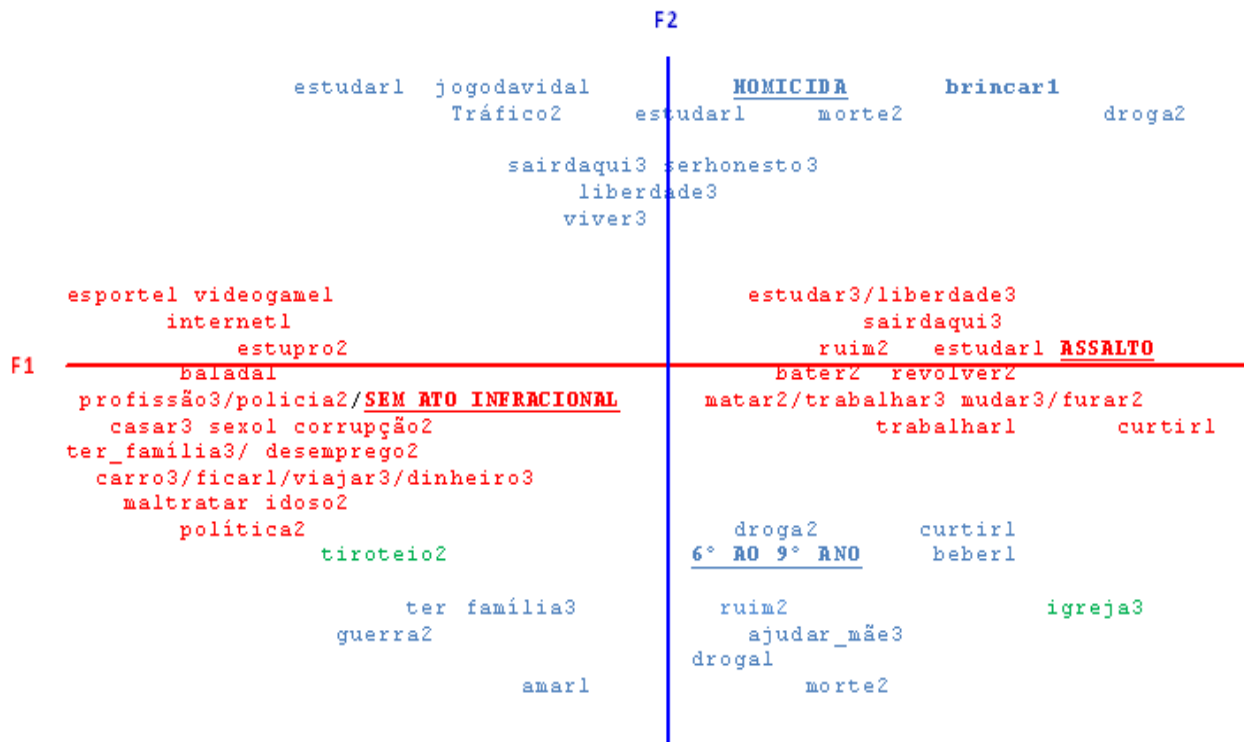


Figura 1. Representação da AFC entre as variáveis de opinião e fixas do estudo.

Na figura acima, é possível observar que fator 1 (F1) é representado pela cor vermelha, na linha horizontal, o fator 2 (F2) é representado pela cor azul, na linha vertical, explicam um total de 85,7% da variância total, valor considerado satisfatório para interpretação dos resultados. Nestes fator, na linha horizontal, em seu lado esquerdo, encontra-se o campo semântico das representações sociais elaboradas pelos adolescentes que não praticaram ato infracional, denominados de sem ato infracional, no qual a adolescência (estímulo 1) é representada por um momento de era virtual, como jogar vídeo game, internet, como também de ir para a balada, para show de forró, ficar com as meninas, e ainda fazer esporte e sexo. Ainda no Fator 1, na linha horizontal, no lado direito encontram-se os adolescentes que cometeram assalto, esses representam adolescência (estímulo 1) como um momento de curtir a vida, estudar e trabalhar.

Percebe-se nas representações objetivadas, que um dos aspectos mais significativos da adolescência é a organização de seus coletivos em “tribos”, que são bastante complexas e têm uma série de princípios a serem respeitados, é o que Bauman (2004, p.34) denomina de comportamento de “impulso a uma comunidade de semelhança”. O grupo expressou quatro grandes tipos de tribos juvenis: aquelas que se voltam para questões virtuais; aquelas que se envolvem com questões do esporte; as que se preocupam com o estilo musical; aquelas que se caracterizam por curtir a vida (balada, sexo, namorar).





Essas representações sociais ancoradas em atividades voltadas para o tempo livre e formas de lazer que os adolescentes vivenciam, correspondem a inúmeros estudos que abordam o tempo livre da juventude brasileira (cf. Munné & Cordina, 2002; Sarriera, Zandonai, Hermel, Mousquer &, Coelho, 2007; Formiga, Melo, Pires & Aguiar, 2013), em semelhança teórica, dividem o tempo livre em três categorias: a) tempo de liberdade, no qual os jovens decidem autonomamente o que fazer; b) o tempo de prazer, como sendo de satisfação; e c) tempo de ócio, relativo às finalidades do tempo livre, tais como descanso, diversão e desenvolvimento da personalidade.

No tempo de liberdade, os autores destacam a importância de que o uso desse tempo seja motivado pela própria liberdade, desenvolvendo-se como pessoa, descansando ou se divertindo. O tempo de prazer é quando o jovem escolhe usar o tempo livre de forma flexível, prazerosa e recreativa, estando sozinho ou em grupo (Sarriera, Tatim, Coelho, & Busker, 2007). O tempo de ócio é um tempo mais voltado para as atividades que podem ter alguma utilidade pessoal ou coletiva, sendo que quanto mais liberado de compensações, mais livre seria esse tempo (Munné & Cordina, 2002).

Nessas formas de ócio, encontra-se a internet, considerada atualmente parte integral do contexto social do adolescente (Subrahmanyam & Lin, 2007); por essa razão, emergiu como representações dos adolescentes sem ato infracional, pois os mesmos por não estarem privados de liberdade, usufruem dessa rede social, tanto quanto o vídeo game. No que se refere as atividades de lazer, de interação social de “curtir a vida”, que emergiram nos adolescentes infratores, são frequentes na adolescência, independente do adolescente transgredir ou não as normas sociais. Estas podem ser consideradas também atividades não-estruturadas, caracterizadas por atividades que são realizadas sem o acompanhamento de adultos ou contato com os pares.

Conforme Mahoney e Stattin (2000) afirmam, as atividades de lazer não-estruturadas podem gerar uma situação ideal para iniciar, manter ou acelerar comportamentos antissociais. Dessa forma, percebe-se que essa expressão de curtir a vida é representativa de adolescentes que a curtem sem limite e, muitas vezes, com excesso de liberdade, demonstrando os valores que cada indivíduo agrega a sua vida.

Os adolescentes, ditos marginais pela sociedade, mesmo guardando no seu interior uma personalidade ainda imatura, desviada pelos percalços que a vida lhes reserva, estudar e trabalhar não fazem parte do seu mundo, que é um mundo de abstrações, onde a sociedade em que vivem critica suas ações, quase sempre em descompasso com a normalidade social e eles guardam no seu interior, uma profundidade de receios, medos, tristezas e abandono.

As políticas sociais básicas de saúde, educação e segurança estão muito aquém das necessidades desses jovens, acostumados a encarar essa realidade desde muito cedo, sentem-



se desprotegidos, desiguais. Começa a migração desesperada para as ruas, e meninos e meninas começam a participar de uma realidade escura e triste, que se contrapõe às luzes de seus sonhos.

No que se remete ao estímulo 2 (violência), os adolescentes sem ato infracional representaram a violência como um período recheado de elementos negativos, mas com uma visão mais sócio-econômica-política, com representações de violência como corrupção, política, polícia, desemprego, maltratar o idoso e estupro, o que demonstra um nível de elaboração cognitiva-valorativa diferente dos adolescentes que cometeram ato infracional de assalto, que representaram com expressões objetivas da violência, no seu sentido de ação concreta, como resultante do uso intencional da força física ou do poder, em forma de ameaça contra si ou contra outra pessoa (OMS, 2002): matar, roubar, revolver, bater, enfim, é uma coisa ruim.

O fato de os adolescentes que cometeram ato infracional objetivarem suas representações com aspectos considerados negativos pela sociedade em geral, levou-nos a indagar se não seria justamente nesses aspectos que tais adolescentes encontram o referente para sua identificação, o qual, na ausência de outras possibilidades, passa a ser o mais valorizado.

Acredita-se que essas representações da violência diferenciada nos grupos de adolescentes demonstram, também, que tanto o cotidiano na comunidade em que residem, quanto a mídia tomam uma dimensão importante na vida dos mesmos. E a mídia em particular, conforme cita Zamboni (2007), pode ser um elemento constituinte das relações na adolescência.

Nesse sentido, os adolescentes sem ato infracional, com maior escolaridade, apoio familiar, valores mais normativos e capacidade de resiliência, não se atentam a uma expressão midiática formatada em ações concretas de violência (matar, roubar, revolver, bater), e sim a elementos também midiáticos (corrupção, política, polícia, desemprego), que expressam também uma visão explícita do centro do poder e da violência implícita neste.

Os meios de comunicação, embora representem elementos de cultura e de progresso intelectual, podem também fornecer elementos sugestivos para a conduta antissocial, uma vez que indivíduos vulneráveis são influenciados pelos efeitos maléficos da mídia, como exemplo, a apresentação de cenas criminosas de assalto, tráfico de drogas, tanto no seu sentido instrutivo como imitativo.

De forma geral, as relações de trabalho na sociedade apresentam problemas como desemprego, escassas políticas de geração de renda, políticas sociais com pouco investimento governamental (Lima & Minayo-Gomes, 2003), a dificuldade de compreender esse panorama gera sofrimento nos jovens que representam essa situação como uma violência aos seus direitos e, ao mesmo tempo, como fator desencadeante da mesma.

No que se refere ao futuro (estímulo 3), remete ao seu projeto de vida; os adolescentes sem ato infracional representam com uma perspectiva de mudança voltadas para a questão



profissional e otimista, de viver a vida e de formação da família, representadas pelo TER: uma profissão, dinheiro, carro, família, como também, viajar e casar.

Representações essas semelhantes aos adolescentes que cometeram o ato infracional de assalto, ou seja, a mesma perspectiva de mudança; no entanto, diferencia-se pela emergência e restrição que sua situação de privação de liberdade atual os cerceiam, tal como sair daqui, ter a liberdade, trabalhar, estudar e, conseqüentemente, mudar de vida.

O que demonstra que mesmo sendo adolescentes de baixo poder aquisitivo (adolescentes não delinquentes) e adolescentes que estão privados de liberdade (adolescentes delinquentes), que já sucumbiram ao risco a que foram submetidos, ambos possuem capacidades de enfrentar as adversidades, de sonharem e conseguirem seus objetivos, traçarem um projeto de vida, revelando, assim, a capacidade de Resiliência que os mesmos possuem.

As representações sociais ancoradas no futuro ou no projeto de vida, principalmente objetivadas, em profissão, trabalho, estudar, ter família, nos sugere que em todas as concepções de adolescência, considera-se que ela é marcada pela capacidade de se pensar em termos de possibilidades, refletindo-se também nas preocupações do adolescente com o futuro e com problemas abstratos de valores e ideologias (Biaggio, 2000).

Não se trata a adolescência apenas de um período intermediário entre a infância e a idade adulta, mas como um período de importantes decisões e transformações para o indivíduo na construção de seu projeto de vida, considerando-se que tal construção não se restringe a adolescentes que nunca vivenciaram a criminalidade e sim, peculiares à adolescência.

Premissa essa corroborada por Serrão e Balleiro (1999), ao afirmarem que adolecer consiste, sobretudo, num momento em que escolhas são feitas e projetos começam a ser construídos. Nesses projetos está contida a visão que os adolescentes têm de si mesmos, das suas qualidades e daquilo que desejam alcançar, e “essa visão de futuro está ligada às suas vivências e experiências anteriores e às relações estabelecidas até então, na sua história” (p.278).

Essas representações ancoram no que Liebesny e Ozella (2001) afirmam de que o jovem está na escola porque a educação formal é vista por ele como percurso necessário e natural para a entrada no mundo do trabalho. Mesmo para o adolescente cujo projeto de futuro está a necessidade imediata de sustento, estes não perdem o significado de meio de ascensão.

Quanto à representação do trabalho no projeto de vida desses adolescentes pesquisados, os dados levaram à conclusão de que a atividade denominada trabalho se refere única e exclusivamente à atividade de meio de sobrevivência, na medida em que resulta em ganho financeiro, dinheiro, que possibilita a compra e usufruto de bens como carro, viagem.

No fator 2, na linha vertical, na sua parte inferior, encontram-se os adolescentes que possuem escolaridade do 6º ao 9º ano, estes associaram a adolescência (estímulo 1) como um momento de se curtir, namorar, beber, e também que se tem muito envolvimento com drogas. No



que se refere ao estímulo adolescência, a fundamentação referente às representações sociais que emergiram é semelhante ao Fator 1, com exceção da droga. A violência (estímulo 2) com uma forte influência das drogas, de morte e de guerra. O futuro (estímulo 3), retrata representações mais afetivas como ajudar a mãe e ter sua própria família.

Ainda no Fator 2, na linha vertical, na sua parte superior, encontram-se as representações sociais dos adolescentes que praticaram o ato infracional de Homicídio estes representam a adolescência (estímulo 1) como um período em que se deve estudar, brincar e também de se aprender o jogo da vida. No entanto, no que se refere ao estímulo 2, a violência emerge como preceptora das drogas, do tráfico, conseqüentemente de morte.

Quanto ao futuro (estímulo 3), as representações sociais elaboradas pelos adolescentes que praticaram o ato infracional de homicídio, remetem a uma ausência de projeto de vida, com uma perspectiva de mudança imediatista, na sua realidade atual, tal como sair da instituição, em que cumprem a media socioeducativa, adquirir sua liberdade para poder viver e ser honesto.

As últimas décadas foram um período em que o tráfico de drogas se desenvolveu como nenhuma outra atividade ilícita no Brasil (Silva,2007). O aumento do número de vendas e o barateamento da droga levam à expansão dos negócios. No que diz respeito aos adolescentes objetos de nosso estudo, isto significa mais “postos de trabalho”, uma vez que aumenta a necessidade de olheiros e de aviõezinhos que evoluem para “soldados”, estes são considerados por Dowdey (2003, p.259) como “uma função ligada às facções, (...) responsável pela segurança do território”.

O tráfico é, pois, um posto de trabalho que se apresenta com as características de uma “carreira profissional” por mais breve e perigosa que esta possa parecer. Num quadro de carência de possibilidades alternativas de emprego, oferece trabalho, ascensão social, status e dinheiro. Numa outra visão, Stanton e Todd (1988) veem os conflitos adolescentes relativos ao abuso de drogas, como um sintoma que revela a angústia sobre uma possível ruptura do relacionamento conjugal.

Nesse sentido, as relações entre drogadição e atos infracionais na literatura sistêmica internacional (Colle, 1996) colocam-se em, pelo menos, cinco possibilidades: 1) a delinquência precede à adicção, 2) a adicção precede à delinquência, 3) a adicção se inscreve na continuidade da delinquência, 4) a delinquência se inscreve na continuidade da adicção e 5) a adicção e a delinquência são coincidentes no tempo; mas, também, é preciso salientar a existência de atos infracionais sem drogas e vice-versa.

Relacionado ao estímulo 3 (futuro), as representações sociais objetivadas em ajudar a mãe e ter sua própria família, corroboram as reflexões propostas por Assis (1999) e Elias e Scotson (2000); de acordo com os autores supracitados, em situações de baixa renda a vida familiar parece girar em torno da figura materna, responsável em dá afeto, suporte financeiro, transmissão



de valores positivos e zela pela sua família de uma forma geral, condição que reforça a ideia de uma matrifocalidade, a qual, vai além da mera condição de grupo uniparental.

Com a presença materna basilar, os adolescentes que vivenciam essa situação, sobretudo aqueles que se encontram cumprindo medida socioeducativa, passam a ter desta mãe batalhadora/sofredora uma visão quase ideal; é unicamente na pessoa da mãe que esses adolescentes conseguem manifestar suas emoções, devendo assim, ser cuidada e protegida. Por esse motivo, é que a construção de um sentimento de identidade mãe-filho quanto gerir sensação de ser, por inteiro, filhos é cortado ao meio, impedindo experiências de um apego maduro e consistente (Minuchin, 1982).

Com as representações objetivadas desses adolescentes que praticaram o ato infracional de homicídio, podemos constatar que a juventude brasileira esbarra no caos do cotidiano, do desemprego, da falta de oportunidades no mercado de trabalho e de políticas públicas pertinentes e eficientes que o amparem, da baixa escolaridade e da ausência da estrutura familiar, obtendo como resultado dominante desse caos cotidiano a aprendizagem do poder através do consumo, despertando no adolescente de baixa renda o desejo de sair desse apartheid em que foi confinado e afirmar-se numa identidade social, conforme afirma Silva (2007).

Assim, percebe-se que os adolescentes, em particular, se veem à mercê de uma ciranda: mercado formal/informal/legal/ilegal/emprego/desemprego; e neste contexto, o papel da mídia é preponderando no fortalecimento dessa visão negativa e incriminadora dos jovens, 'camufladas' nas justificativas sociais, institucionais e de inadequação pedagógica que permeiam tais eventos (Njaine & Minayo, 2002).

13

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ser humano não é imutável; no caso do adolescente, trata-se de um sujeito em constantes transformações, podendo tomar vários caminhos. Assim, precisamos visualizar as possibilidades criadas por essa prática socioeducativa de privação de liberdade como um espaço transacional e mediador para uma nova relação do sujeito com a autoridade, na qual ele se sentindo protegido possa reconhecer e integrar a dimensão protetora da autoridade, uma vez que, para Carreteiro (2002), para que a lei tenha sentido, precisa estar associada à dimensão do pertencimento e da proteção social.

A exclusão social e a ausência de políticas eficientes voltadas para a vida e para o pleno exercício da cidadania produzem adolescentes despreparados e incapacitados de resistir às pressões do cotidiano, criando um estreitamento entre estes e a criminalidade. As representações emergidas estão induzidas de elementos afetivos, cognitivos, valorativos, comportamentais,



esperanças, aprendizados, que nada mais são do que práticas sociais, pois envolvem fazeres de várias ordens, o que justifica um trabalho de natureza transdisciplinar com essa clientela.

No que se refere ao contexto ressocializador e escolar, a mudança da realidade nestas instituições está implicada com a possibilidade de um trabalho institucional nas mesmas, cuja meta está na organização de processos de análise e discussão com os diferentes segmentos, sobre as condições de trabalho, seus efeitos para a saúde/adoecimento, constituição de projetos, enfim, no estabelecimento de uma gestão coletiva, que articule também direitos e afetos na comunidade em que esses adolescentes residem (Rocha, 2002).

Nas Instituições Ressocializadoras, cabe ainda ressaltar que, oriundos de ambientes violentos, com alta falta de esperança, os adolescentes que cometem atos infracionais e são inseridos no contexto da justiça, encontram situações muito parecidas com aquelas já vividas no seu cotidiano.

Em nossa experiência prática de trabalho com esta população, e da vivência no desenvolvimento da pesquisa, percebe-se que os programas socioeducativos para adolescentes são, em geral, marcados pela violência. Seja no ambiente físico, na abordagem ou na interação diária, na falta de atividades educativas, na colocação de apelidos, na ausência de reconhecimento de qualidades, na falta de afetividade, ou seja, recebe do Estado um substituto à altura da sua família.

Trata-se de mais uma violência, que não educa, mas deixará certamente suas marcas afetivas, negligência que maltrata principalmente pela exposição a riscos físicos e psicológicos, que impõe limites a reflexão de si mesmo e impele ao ato infracional.

Assim, o ato infracional deve ser o ponto de partida para se orientar processos de mudança que possam fortalecer sentimentos de valor pessoal, atenção e reconhecimento e, finalmente, emergir recursos de superação da ação e do conflito.

Ressalta-se também, no que se refere à escolaridade, o desprestígio das escolas dos bairros (que o adolescente frequenta ou já abandonou), reflete a distância entre o conquistado na Lei, como o que preceitua o ECA. Na concepção de Costa e Lima (2000), o que falta às escolas, embora muitas tenham o esforço e a dedicação dos professores, é não estabelecer, no seu conjunto, uma relação de conquista do estudante que enfrenta graves situações de dificuldades socioeconômicas e cenários familiares pouco estruturantes. Com essas limitações a escola perde a oportunidade de ressignificar as vivências de debilidade dos vínculos familiares, reeditando, para o adolescente, a fragilidade do capital social.

Apesar de tais resultados estabelecerem reflexões que favorece a compreensão de como os jovens organizam sócio cognitivamente as estruturas e funcionalidades do seu mundo pensante frente as demandas psicossociais e seu modo de vida, especialmente, ao comparar distintos grupos de jovens; também, permite, associado a tais resultados, elaborar práticas de





políticas públicas que atuem quanto fator de proteção de mundo socialmente desejável para os jovens. Todavia alguns limites devem ser destacados para futuros estudos: seria bastante útil avaliar, a partir desta metodologia, grupos de jovens mulheres e homens, separadamente, bem como, de jovens que aderem as crenças religiosas e praticam assiduamente um rito de fé; além da comparação entre esses grupos, seria também importante confrontar os resultados dos jovens com os dos pais (mãe, pai, ambos e/ou responsáveis). Por fim, seria útil comparar dos resultados mais recentes com os publicados nesta revista, buscando avaliar diferenças ou igualdades nos achados das pesquisas.

## 5 REFERÊNCIAS

- Abramovay, M., & Rua, M.G. (2002). *Violência nas escolas*. Brasília, DF: UNESCO.
- Arpini, D.M. (2009). *Psicologia, Família e Instituição*. Santa Maria- RS: Ed. UFSM.
- Assis, S. (1999). *Traçando caminhos em uma cidade violenta*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido - Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Biaggio, A. M. B. (2000). *Brazil. Verbete na APA*, Washington, D.C: American Psychological Association.
- Campos, P.H.F., & Guimarães, S.P. (2003). Representações de violência na escola: elementos de gestão simbólica da violência contra adolescentes. *III Jornada Internacional e I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Campos, P.H.F., & Guimarães, S.P. (2007). Norma social violenta: um estudo das representações sociais da violência em adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20 (2), 188-196. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000200003>.
- Campos, P. H. F., Torres, A. R. R., & Guimarães, S. P. (2004). Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola. *Educação e Cultura Contemporânea*, 1, 109-132.
- Carreiro, T.C. (2002b). Tráfico de drogas, sociedade e juventude (pp.191-198). In: Plastini C.O. (org). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Cibois, P. (1998). *Soft Tri-Deux-Mots*. Versão 2.2. Ufr, Sciences Sociales, Paris.
- Colle, F. (1996). *Toxicomanies, systemes et familles: où les drogues rencontrent les émotions*. Paris: Érès.
- Costa, A.C.G., & Lima, I.M.S.O. (2000). Estatuto e LDB: direito à educação. In: Kozen, A.A. (org). *Pela Justiça na Educação*. Brasília: MEC, FUNDESCOLA.
- Coutinho, M.P.L. (2001). *Uso de Técnicas Projetivas na apreensão de representações sociais da sintomatologia da depressão infantil*. Tese do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.





- Coutinho, M.P.L., Estevam, I.D., & Araújo, L.F. (2009). Os desafios da prática socioeducativa de privação de liberdade em adolescentes em conflito com a lei: ressocialização ou exclusão social? *Revista Psico-PUCRS*, 40, 64-72.
- Di Giacomo, J.P. (1984). Alliance Et Rejets Intergroupes Au Sein D'un Mouvement De Revendication (pp.118-138). In: Doise, W. & Palmonari, A. (Eds). *L'étude des Représentations Sociales*. Paris: Delchaux & Niestle.
- Diógenes, G. (1998). *Cartografias da violência: gangues, galeras e movimento hiphop*. São Paulo: Annablume.
- Dowdney, L. (2003). *Crianças do tráfico - Um estudo de caso de crianças em violência armada e organizada no rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letras.
- Elias, N., & Scotson, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Formiga, N. S., Melo, G., Pires, R. C. M., & Aguiar, A. V. V. S. (2013). Escala das actividades de hábitos de lazer: comparação de modelos estruturais em função do sexo, idade e tipo de escola. *Revista de Psicologia da UCV*, 15 (2), 208-219.
- Guareschi, P., & Jovchelovitch, S. (Org). (2002). *Textos em Representações Sociais*. 7 ed, Petrópolis, RJ: Vozes.
- Liebesny, B., & Ozella, S. (2001). Projeto de vida na promoção de saúde. In: Contini, M.L.J., Koller, S.H. & Barros, M.N.S. (orgs). *Adolescência e Psicologia: concepções práticas e reflexões críticas*.(pp.62-67). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Lima, S. M., & Minayo-Gomez, C. (2003). Modos de subjetivação na condição aprendiz: embates atuais. *História, Ciência e Saúde*, 10, 931-953.
- Mahoney, J., & Stattin, M. (2000). Leisure activities and adolescent antisocial behavior: The role of structure and social context. *Journal of Adolescence*, 23 (2):113-27.
- Minayo, M. C. S. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Caderno de Saúde Pública*, 10 (Suppl 1), 7-18 [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1994000500002&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500002&lng=en). <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>.
- Minuchins, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Munné, F., & Cordina, N. (2002). Ocio y tiempo libre: Consideraciones desde uma perspectiva psicosocial. *Licere-Brasil*, 5, 59-72.
- Njaine, K., & Minayo, M. C. S. (2002). Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *Ciência & Saúde coletiva*, 7 (2), 285-297. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232002000200009&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000200009&lng=en). <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232002000200009>.
- Nóbrega, S. M., & Coutinho, M. P. L. (2003). O Teste de Associação Livre de Palavras (pp.67-77). In: Coutinho., M.P.L. Lima. A.S., Oliveira, F.B. Oliveira. & Fortunato, M.L. Org.),



*Representações Sociais: abordagem interdisciplinar.* João Pessoa-PB: Ed. Universitária UFPB.

Oliveira, A., & Amâncio, L. (2005). A análise fatorial de correspondência no estudo das representações sociais – As representações sociais da morte e do suicídio na adolescência (pp. 323- 362). In: Moreira, A.S.P., Camargo, B.V., Jesuíno, J.C., & Nóbrega, S.M. (Orgs.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais.* João Pessoa: UFPB.

Oliveira, C. S. (2001). *Sobrevivendo no inferno.* Porto alegre: Sulina.

Pettit, G. (2004). Violent children in developmental perspective: risk and protective factors and the mechanisms troughs which they (may) operate. *Current Directions in Psychological Science*, 13(5), 194-197. <http://dx.doi.org/10.1111/j.0963-7214.2004.00306.x>

Rocha, M. (2002). Educação e Saúde: Coletivação das ações e gestão participativa. In: I. Maciel. *Psicologia e Educação: Novos caminhos para a formação* (pp. 122-136). Rio de Janeiro - RJ: Ciência Moderna.

Sales, M. A. (2004). *Visibilidade perversa: adolescente infrator como metáfora da violência.* Tese do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FFLCH/USP.

Sarriera, J. T., Tatim, D. C., Coelho, R. P. S., & Busker, J. (2007). Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 361-367. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000300003>

Sarriera, J. T. Zandonai, Z. K. G., Hermel, J. S., Mousquer, P. N., & Coelho, R. P. S. (2007). A relação entre pesquisadores e escolas públicas: um diálogo a partir do tempo livre. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 85-89. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000100012>

17

Serrão, M., & Baleeiro, M.C. (1999). *Aprendendo a ser e a conviver.* São Paulo; FTD.

Staton, M. D., & Todd, T. C. (1998). *Terapia Familiar del abuso y adiccion a las drogas.* Barcelona: Gedisa.

Subrahmanyam, K., & Lin, G. (2007). Adolescents on the net: internet use and well-being. *Adolescence*, 42, 659-677.

Wagner, W. (1998). Sócio Gênese e Características da Representação Social. In: Moreira, A. P., & Oliveira, D.C. (orgs). *Estudos interdisciplinares de Representação Social.* Goiânia.

Zamboni, C. (2007). Juventude: uma questão de fronteira para a Psicologia Social. In: Guareschi, P. *Psicologia do Cotidiano: representações sociais em ação*(pp. 275-292). Petrópolis, RJ: Vozes